



Via Direta

**Boletim informativo da
Seção Judiciária do Acre.
Ano IV Nº 14.
24 de maio de 2006.**

Instituído pela Portaria/DIREF 091/2003.

Colabore com informações e notícias,
através de informativo@ac.trf1.gov.br

Maio de 1968, as ruas de Paris são tomadas por milhares de pessoas, protestos que representavam a mudança política e comportamental que o mundo vivia. Os Beatles lançavam o "White Álbum". O cineasta Stanley Kubrick impressionava o mundo com "2001, uma Odisséia no Espaço". Um marco histórico do movimento tropicalista, o disco "Tropicália ou Panis et Circensis", começava a ser gravado. A rainha Elizabeth II visitava o Brasil, enquanto o país era governado pelo segundo presidente militar do golpe de 64, o general Costa e Silva. Para muitos, 1968 foi o ano que não terminou, como sugere o título do livro de Zuenir Ventura. De fato, o mundo passou por transformações jamais vistas. No Acre a situação não era diferente. O estado contava com apenas 8 anos desde que tinha sido elevado a esta categoria.

Jorge Kalume era o governador indicado pela ditadura militar, os estudantes reivindicavam meia passagem e mais companhias de ônibus, pois só uma operava na capital. As comunidades eclesiais de base começavam a fortalecer a formação de lideranças e o desenvolvimento político nos seringais e na cidade. Nessa época a grande diversão, aos domingos, eram os jogos de futebol e a posterior apresentação da banda da ex-guarda territorial na praça Eurico Dutra.

Às 10 da manhã do dia 30 de maio de 1968, nesse cenário, estreava a história da Justiça Federal no Acre, com a instalação oficial da Seção Judiciária, com o quadro de um Juiz Federal e seis servidores e ocupando um pequeno prédio na Rua Rui Barbosa, n. 4, no centro de Rio Branco.

O primeiro Juiz Federal Titular foi o hoje ministro aposentado Ilmar Galvão do Nascimento, nome dado à rua que hoje guarda o atual prédio da Seção judiciária do Acre, uma singela e justa homenagem.

De lá para cá, a Justiça Federal tem se consolidado como uma pedra fundamental para o desenvolvimento e a sedimentação da democracia no Acre. A Seção Judiciária no Acre, dá o exemplo de uma instituição que se fortalece na medida em que o tempo passa.

38 Anos Justiça Federal do Acre

No aniversário de atuação no Estado, a Justiça Federal se orgulha de ter sob sua égide um quadro de 19 estagiários, 54 prestadores de serviço, 111 servidores e 5 magistrados, contribuindo para a resolução dos conflitos e principalmente para o acesso à cidadania por meio da Justiça.

Todos os sistemas de registro processual estão informatizados e já existem processos completamente virtuais, ou seja, sem o uso de papel. São 84 computadores atendendo a demanda de quase vinte e dois mil processos em tramitação nas quatro Varas Federais e na Turma Recursal.

Os 38 anos de Justiça Federal no Acre são motivo de orgulho e reflexão, pois a poesia do passado, lembrada nas cores com as quais o mundo, o Brasil e o Acre foram pintados desde 1968 apontam para um quadro onde cada vez mais brasileiros viverão com dignidade e, uma das forças motrizes desse utópico vernissage é, sem sombra de dúvidas, a atuação da Justiça Federal. Que as palmas dos parabéns se revertam no esforço por um futuro com mais sorrisos.



Da esquerda para a direita: Sra. Francisca de Aragão Silva, Srta. Alba Cunha, Sr. Nilton Cabral, Juiz Federal Ilmar Galvão, Sr. José dos Reis Silva, Dr. Garibaldi Brasil, Dr. Vicente Netto e Sra. Neli Montenegro e Sra. Maria Fernandes Bessa. Com exceção do Dr. Garibaldi Brasil, estes foram os primeiros servidores e o primeiro Juiz Federal da Seção Judiciária do Acre.

Seu Ambrósio

28 anos de Justiça Federal

No último dia 22, Antonio Ambrósio da Silva, o Seu Ambrósio, completou 28 anos no exercício do cargo de Oficial de Justiça da JF. São quase 3 décadas de zelo e dedicação que orgulham a Seccional hoje. Sempre teve prazer no cumprimento de suas atividades, mesmo no tempo em que tinha que atravessar o Rio Acre de caiaira para cumprir mandados no 2º Distrito.

Como foi o seu começo na JF?

Quando eu entrei aqui, em 1978, as condições de trabalho eram muito precárias. Nós éramos dois Oficiais de Justiça e tínhamos uma pequena

escrivania com três gavetas e uma minúscula máquina de escrever.

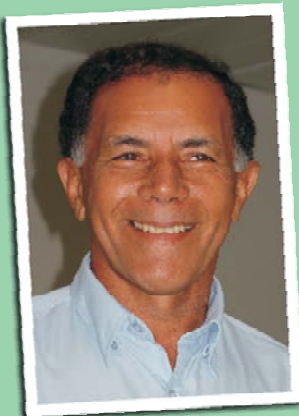
E o ambiente de trabalho?

O local onde a Justiça Federal se instalou era a antiga residência do médico Ari Rodrigues. A sala de estar era a recepção. A sala de jantar, a secretaria, e havia um quarto onde era a sala de audiência, outro era a parte administrativa com a Seção de Recursos humanos e a de Finanças. No último quarto era o gabinete do juiz e a biblioteca. Também havia uma pequena cozinha e dois banheiros, um no gabinete do Juiz e outro no quintal. Quando entrei aqui a JF era o Juiz e dez servidores.

Era uma família com um clima bastante amigável e fraterno. Como não tínhamos servidores, a limpeza do local era feita pelos servidores, inclusive existiam mutirões para a capina do quintal, com todos munidos de terçado e enxada.

28 anos depois, como o senhor se sente hoje?

Continuo com a mesma disposição de quando assumi o cargo. A Justiça Federal é para mim uma segunda família. Um casamento que deu certo, pois sempre exerci o meu trabalho com alegria e satisfação e não pretendo mudar isso até a minha aposentadoria.



"...Atenção, precisa ter olhos firmes / Pra este sol, para esta escuridão / Atenção, tudo é perigoso / Tudo é divino maravilhoso / Atenção para o refrão / É preciso estar atento e forte..."

Caetano Veloso e Gilberto Gil, Divino Maravilhoso, 1968